

Sessão de Abertura Seminário "Abandono escolar e (in)sucesso educativo: balanço e perspectivas 2014-2020

Exmo. Senhor Dr. Paulo Barreiro de Sousa- Vereador do Pelouro da Educação do Município de Ponte de Lima

Exmo. Senhor Dr.º José Soares Mesquita, Delegado Regional da DGEST Norte
Examos Senhores Presidentes, Vereadores e representantes das autarquias, Diretores de Agrupamento e de Escola, docentes, convidados, Meus Senhores e Minhas Senhoras.

O combate ao insucesso e abandono escolares tem sido uma prioridade na agenda educativa ao nível europeu e nacional, constituindo, aliás, no período de 2014-2020, a “redução da taxa do abandono escolar precoce para menos de 10%”, uma das oito metas, quer da Europa 2020, quer do “Portugal 2020”.

Por outro lado, também a nível nacional se assiste neste momento ao debate público sobre a transferência de competências na área da educação, tendo sido recentemente legislado e publicado o diploma da descentralização de competências, o qual se encontra em fase de ponderação por parte da generalidade dos municípios.

Neste sentido, esta Comunidade Intermunicipal, entendendo ser fundamental estimular o debate junto da comunidade educativa sobre esta temática, promove hoje a realização do Seminário “Abandono Escolar e (in) sucesso educativo: balanço e perspectivas 2014-2020”, onde se abordará, ao longo do dia e em diferentes painéis, desde o seu enquadramento, causas e consequências até às experiências e instrumentos de financiamento do combate ao abandono escolar e de incentivo ao sucesso educativo.

Para nos ajudar a refletir sobre este tema fundamental contamos com o precioso contributo de um excelente conjunto de oradores e moderadores, a quem deixamos aqui publicamente uma palavra de agradecimento pelas suas intervenções.

Assim, teremos um primeiro Painel sobre as “Experiências de combate ao abandono escolar e de incentivo ao sucesso educativo”, envolvendo as seguintes intervenções:

- i) Professor Joaquim Azevedo, da Universidade Católica Portuguesa, que abordará o “projeto Arco Maior”, que visa a integração dos jovens em processo efetivo de abandono escolar, diminuindo os níveis de abandono;
- ii) Manuel Costa Carneiro, assessor de programas educativos e abandono escolar na Consellería de Cultura e Educación, abrangendo a

apresentação de um estudo de caso da Galiza: Programa PROA e Plan PROXECTA.

- iii) Sob o prisma de duas intervenções distintas, mas complementares (uma por parte da Escola e outra por parte da autarquia), conheceremos o Estudo de Caso de Paredes: Que experiência no combate ao abandono escolar?, através das intervenções de Albino Pereira, diretor do Agrupamento de Escolas de Vilela (Paredes), e Pedro Dinis, vice-presidente Câmara Municipal de Paredes;

No segundo painel, será apresentado o Balanço e Perspetivas do “Abandono escolar e (in)sucesso educativo:

- i) por um lado, ao nível regional, onde Dr. José Maria Azevedo, da CCDR-N, abordará a “Escolarização na Região do Norte: evolução e desafios”;
- ii) Por outro lado, ao nível nacional, onde o Professor David Justino, Presidente do Conselho Nacional da Educação, nos falará sobre “As políticas educativas e o impacto no abandono escolar - trajetórias e perspetivas”.

O terceiro painel mantém esta dupla perspetiva nacional e regional, mas agora incidindo sobre as “Medidas de combate ao insucesso e abandono escolar: Financiamentos Comunitários”, onde o Gestor do PO Capital Humano, Dr. Pedro Taborda e o Secretário Executivo da CIM Alto Minho, Eng^o Júlio Pereira, apresentarão os instrumentos de financiamento disponíveis para apoiar este tipo de políticas públicas.

Finalizaremos com uma mesa redonda integrada pelos vários parceiros educativos que será moderada pelo jornalista Paulo Ferreira do Porto Canal e que contará com as intervenções de Manuel António Vitorino, da Direção do Agrupamento de Escolas de Monserrate (Viana do Castelo); José Luís Presa, presidente da Associação Nacional de Escolas Profissionais (ANESPO); Juiz Armando Leandro, presidente da CNPCJR; Manuel Meireles, Presidente da Associação de Pais e Encarregados de Educação de Ponte de Lima; César Ferreira, Delegação Regional do Norte do Instituto do Emprego e Formação Profissional; e José Ramos, diretor da Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

Por último, contaremos ainda na sessão de encerramento com a intervenção do Presidente da ANQEP, Dr. Gonçalo Xufre.

Minha Senhoras e meus Senhores. Para concluir esta minha breve intervenção, gostaria apenas de deixar as seguintes notas de reflexão sobre o tema que hoje aqui debateremos:

1. Antes de mais, salientar que o tema deste Seminário se encontra na ordem do dia das agendas das entidades intermunicipais, uma vez que se encontram, justamente neste momento, a preparar, em conjunto com os municípios, preparar a apresentação das suas propostas de Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) 2015-2020, onde se inclui, entre outras, a tipologia 10.1- Apoio a intervenções de redução e prevenção do abandono escolar e promoção da igualdade de acesso ao ensino.

2. Importa contudo realçar que este Aviso tem suscitado algumas dúvidas que se torna fundamental esclarecer e clarificar junto da Comissão Interministerial de Coordenação do “Portugal 2020” e do próprio Ministério da Educação, nomeadamente:

a) Os “Apoios específicos da ação social escolar em matéria de Apoio à alimentação” são atualmente comparticipados pelo Ministério da Educação via DGEST Norte (1º Ciclo) e Instituto da Segurança Social de Viana do Castelo (Ensino Pré-Escolar), transversalmente a todos os escalões. Esta comparticipação tem duas vertentes: i) Pelo “Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico” ii) pelo “Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré Escolar”.

Neste âmbito, importa esclarecer se a componente a integrar na candidatura dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territoriais corresponde a uma transferência deste compromisso do Ministério da Educação para as Entidades Intermunicipais, ou se, pelo contrário, corresponde a uma comparticipação adicional (ou seja, para além daquela que é efetuada pelo Ministério da Educação via DGEST Norte) das despesas dos Municípios em matéria de Apoio à alimentação dos alunos dos escalões A e B.

Em segundo lugar, importa também esclarecer se o Ministério da Educação continuará a comparticipar as refeições dos alunos nos restantes escalões, quer no Pré-escolar, quer no 1º ciclo para a generalidade de alunos.

b) Passando às “Medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar”, sabemos que as AEC’s integram o “Programa de Generalização do inglês e de outras atividades de Enriquecimento Curricular” e tem atualmente comparticipação financeira do Ministério da Educação às entidades promotoras.

A questão que se volta a colocar é se a componente a integrar na candidatura dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territoriais corresponde a uma transferência deste compromisso do Ministério da Educação para as Entidades Intermunicipais, ou se, pelo contrário, corresponde a uma comparticipação adicional (ou seja, para além daquela que é efetuada pelo Ministério da Educação via DGEST Norte) das despesas dos Municípios em matéria de AECs;

Ainda no caso das AEC’s, sendo os docentes financiados pelo Ministério da Educação, é-lhes considerado o tempo de serviço. A questão que se coloca aqui é se o financiamento passar a ser atribuído via Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territoriais, quais as implicações, neste âmbito para os docentes, nomeadamente, em matéria de contagem do tempo de serviço.

c) Por fim, uma terceira questão fundamental a clarificar é se os recursos atribuídos pelo “Portugal 2020” ao combate ao abandono escolar serão suficientes para os Municípios poderem concretizar de forma adequada as suas intervenções neste domínio durante os próximos sete anos. Ou seja, sem embargo podermos equacionar o interesse em analisar eventuais processos de descentralização de competências no domínio da educação, urge verificar, perante as condições concretas que nos são propostas, se esse exercício será ou não minimamente exequível e equilibrado para que os Municípios consigam dar a resposta mais adequada às suas populações.

Para terminar, diria algo que tenho a certeza que une a todos que hoje participamos nesta reflexão - “quem acha que a educação é cara, não sabe o custo da ignorância”. Não queremos voltar a ter uma sociedade em que os alunos de zonas desfavorecidas tenham automaticamente maior probabilidade de abandonarem os estudos do que os filhos de famílias que residem nos lugares mais prósperos, incrementando os riscos de mais tarde virem a ficar no desemprego ou de terem empregos menos gratificantes que pagam salários mais baixos. Não queremos voltar a ter uma sociedade em que os jovens não tenham praticamente nenhuma possibilidade de melhorar as condições em que nasceram. O combate ao abandono escolar é, pois, fundamental para prevenir

níveis insustentáveis de desigualdade económica, social ou territorial, criando as condições de equidade mínimas para que todos os membros da sociedade, independentemente da sua situação económica de partida, tenham a oportunidade de, por direito e não por caridade, terem uma vida digna.

Votos de um bom e profícuo dia de trabalho!